

O IMPACTO DO NEOLIBERALISMO NA EDUCAÇÃO NOS CURSOS EADS: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Francisco Jonnatans Sousa Silva¹

Fabiane Borges Mafra²

Rarielle Rodrigues Lima³

INTRODUÇÃO

A expansão da Educação a Distância (EaD) no Brasil, impulsionada pelo neoliberalismo, levanta o problema central da pesquisa: como essa expansão impacta a qualidade, o acesso e a democratização do ensino superior? A predominância de conglomerados privados e a financeirização do setor acentuam esses questionamentos. Assim, o objetivo deste artigo é analisar criticamente a expansão da EaD, evidenciando como as políticas educacionais recentes têm reconfigurado o papel da educação pública e ampliado as desigualdades sociais.

METODOLOGIA

Adotamos nesta pesquisa uma abordagem qualitativa, documental e bibliográfica utilizando documentos oficiais, legislações, estatísticas e artigos científicos que abordam políticas educacionais, financeirização e EaD.

AS ANÁLISES SOBRE EAD

O avanço do neoliberalismo no Brasil impactou fortemente a Educação a Distância (EaD), especialmente após o Decreto nº 9.057/2017, que regulamentou a modalidade com ênfase na mediação tecnológica. Embora tenha ampliado o acesso e flexibilizado o ensino,

¹ Graduando do Curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Maranhão- UEMA
joejonnatans@gmail.com;

² Graduanda do Curso de Ciências Sociais da Universidade Estadual do Maranhão- UEMA
fabianeborges.mafra@gmail.com;

³ Professora orientadora Doutora em Ciências Sociais (PPGCSOC/UFMA) rariellerodrigues@gmail.com

também favoreceu a expansão rápida e precária de cursos, reforçando a lógica mercantil da educação como produto. Alencar e Barros (2021) apontam que essa lógica atende a interesses financeiros internacionais, enquanto Dourado (2020) e Bastos (2013) destacam os prejuízos à qualidade e à democratização do ensino. Silva, Melo e Muylder (2015) alertam para os riscos da expansão sem estrutura adequada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A lógica neoliberal moldou uma Educação a Distância que prioriza a lucratividade, a redução de custos e a flexibilização sem garantias de qualidade e de inclusão social efetiva. A EaD, nesse modelo, reforça a precarização do ensino e coloca em risco a formação crítica e cidadã dos estudantes, ao invés de promover uma verdadeira democratização do conhecimento. Esses resultados indicam a necessidade urgente de políticas públicas que resgatem o papel do Estado na regulação e promoção da educação como direito fundamental, garantindo que a expansão da EaD se pautem pela qualidade, pela equidade e pelo compromisso social, e não apenas pelas dinâmicas de mercado.

Palavras-chave: Educação a Distância (EaD); Neoliberalismo; Mercantilização do ensino; Políticas educacionais; Desigualdade social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 26 maio 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm. Acesso em: 27 Fev. 2025.

DOURADO, L. F. **Entrevista. Educação de qualidade (entrevistado por Rafael Bastos Costa de Oliveira).** Em aberto, Brasília, v. 33, n. 109, p. 181-189, 2020. <https://doi.org/10.24109/emaberto.v34i109.4524>